

News Paper®

Informativo
Setorial ANDIPA



Nesta edição

Puxada pelo cuchê,
importação aumenta

Páginas 9 a 12

Venda da indústria
nacional aumentou
em setembro

Página 13

Empresa deve ficar
atenta à nova regra
de boleto registrado

Página 6

Mídias se completam
e reforçam poder da
comunicação impressa

Página 7

Seminário discutiu
crimes e segurança
da informação

Página 9

Ajustando o curso

O governo federal, enfim, deve fazer aquilo que as empresas e a população já vêm colocando em prática há um bom tempo: adequar as despesas à sua capacidade de renda. Por isso, o setor de distribuição apoia a PEC do limite de gastos e a reforma da Previdência.

Páginas 2 e 4

Escolhas individuais e as lutas coletivas

Artigo - Página 3

Tributarista diz que RECOPI deve dar
segurança jurídica às empresas nas
operações com papel imune

Página 5

Expediente

NewsPaper Informativo Setorial ANDIPA é uma publicação da ANDIPA - Associação Nacional dos Distribuidores de Papel. Direitos autorais reservados. A reprodução é permitida desde que citada a fonte.

Contatos (11) 3044-2214

andipa@andipa.org.br / comunicacao@andipa.org.br
www.andipa.org.br Andipa também no Facebook

Presidente

Vitor Paulo de Andrade

Diretoria

Antonio Manoel de Mattos Vieira Neto
José Luiz Barbosa Leonardos
Marcelo Patury Accioly

Presidente Executivo

Vicente Amato Sobrinho

Assistente Administrativo

Iolanda Moretti

Assistente de Diretoria

Edna Souza

Assessoria de Comunicação e Conteúdo Editorial

Keser Serviços de Comunicação

Jornalista Responsável

Rosângela Valente (Mtb 121/MS)

Limite e reforma são medidas urgentes

A conta é simples. A discussão é complexa. As mudanças são necessárias e urgentes. Toda empresa ou pessoa sabe que precisa manter equilíbrio entre o que ganha e o que gasta, e que o endividamento é uma opção, mas também uma armadilha. Nas contas públicas, a lógica é a mesma. Continuar gastando muito mais do que é capaz de gerar e, pior ainda, com as despesas crescendo a galope é acionar a bomba-relógio.

A opção feita até agora era cobrar mais e mais, elevando – a já insuportável – carga tributária a patamares surreais, desencadeando altos custos, sonegação, falta de competitividade e baixa produção. Um cenário de retração no qual todos produzem muito menos do que são capazes e consequentemente geram menos impostos que o previsto pelo governo, que continua sem receita e contamina cada vez mais a iniciativa privada. Isso sem falar na geração de emprego e renda.

Esse ciclo precisa ser rompido, pois as empresas e setores produtivos da economia brasileira operam com essa bomba armada sobre suas cabeças. Por isso, as medidas em discussão para conter e rever os gastos públicos são fundamentais. A chamada PEC 241 – Proposta de Emenda à Constituição que estabelece teto para os gastos públicos – é um dos remédios necessários para combater as distorções que afundam o País. Aprovado pela Câmara, o assunto está na pauta do Senado Federal. Apesar do acalorado debate em alguns segmentos políticos e sociais, a proposta deve ser aprovada e impor limites às contas públicas.

Conter os gastos é um importante passo, mas precisa ser seguido de outro: a reforma da previdência social. Da forma como funciona hoje, não há economia ou corte de despesas que seja capaz de manter o sistema previdenciário. Conforme estimativas do Tesouro Nacional, o saldo negativo da Previdência Social deve crescer para mais de 160 bilhões em 2016, como reflexo da queda brutal das receitas decorrente do aumento do desemprego e da crise econômica. No ano passado, o déficit foi de R\$ 87,89 bilhões só na previdência geral, do INSS. Isso sem contar com saldo negativo do regime próprio dos servidores públicos, que aposentados recebem salário integral, que em 2015 somou R\$ 72,5 bilhões.

Ou seja, o rombo fica cada vez maior. Nossos funcionários que hoje ajudam a pagar a conta da Previdência não têm garantias de aposentadoria e renda no futuro. Evidente que arrochar as empresas e os cidadãos não resolve a equação das contas públicas se os gastos forem limitados indiscriminadamente. O governo gasta muito e muito mal. É premente que sejam tomadas também medidas de eficiência e combate à corrupção.

Não tenho dúvidas de que nós – empresários – já fizemos nossos cortes, ajustes e reformas necessários e possíveis. Precisamos nos manter atentos às mudanças que virão e que comecem logo com a aprovação do teto dos gastos e a reforma da Previdência, imprescindíveis para a retomada do crescimento da economia brasileira.

Vitor Paulo de Andrade
Presidente do Conselho Diretor

O livre-arbítrio e os empresários brasileiros

Por Anibal Baptista *

Ao contrário dos animais, que basicamente agem por instinto, somos um reflexo de nosso Criador, no sentido de que somos capazes de demonstrar qualidades como amor e justiça. E, assim como Ele, nós temos livre-arbítrio.

Desde que damos os primeiros passos adquirimos a possibilidade de decidir, escolher em função da própria vontade, isenta de qualquer condicionamento, motivo ou causa determinante.

Escolhemos os amigos, esportes e brincadeiras, namoradas (os), automóveis, local de moradia, cursos e especializações, profissão, entre tantas opções que a vida nos oferece.

Enfim, por uma questão de opção, alternativa ou oportunidade, muitos se tornam empresários. Inúmeros são os motivos: liberdade, sucesso, dinheiro, viagens, bons restaurantes, ótimos carros, uma “legião” de funcionários a seu serviço, prestígio, avião, lancha, casa na praia, no campo, na serra, em outros países, enfim muitos planos e sonhos.

Na prática a situação é muito diferente. Os empresários no Brasil são submetidos a: regras, controles e programas desenvolvidos pelos fornecedores para monitorar o seu negócio; pressão dos clientes, utilizando de mecanismos normais de negociação e livre concorrência; exigências e o cumprimento de direitos trabalhistas; baixa produtividade do trabalhador brasileiro; e, principalmente, a uma carga tributária elevada e diria, ao mesmo tempo, tentadora.

Na teoria, empresas sadias são aquelas consideradas “empresas de valor”, que valorizam o meio ambiente, cumprem os compromissos sociais, pagam seus “pesados e injustos” impostos, apesar dos desvios e desmandos do erário, cuja origem é o suor dos trabalhadores e empreendedores.

Os governantes que deveriam preocupar-se com saúde, educação, transporte, segurança entre outros compromissos sociais, no entanto, miram na arrecadação. Inclui transferindo suas responsabilidades fiscais e de regularidade para as empresas, tornando-as vulneráveis, em face de inúmeros decretos e portarias existentes.

Atualmente, diversos setores do empresariado, passam por uma situação difícil, por vários motivos, sejam administrativos, financeiros, fiscais ou legais.



Seria previsível? Acreditamos que sim. A tecnologia está avançando rapidamente e os mecanismos de controle, por parte do governo, estão cada vez mais eficientes.

Uma das alternativas seria antecipar aos acontecimentos e providências, enquadrando as empresas nos atuais e futuros parâmetros legais, lembrando que em 2018 deverá ser implantando o “Bloco K”, ou seja, mais um mecanismo de controle governamental. Lembramos um velho ditado, tomar providências após os acontecimentos é o mesmo que “colocar fechadura depois da porta ser arrombada”.

Empresas viáveis são aquelas que conseguem extrair e maximizar os três mecanismos disponíveis, ou seja, o lucro operacional, lucro financeiro e o lucro de inventário, em detrimento às práticas pouco convencionais de transformação de impostos e tributos em lucro real, desconsiderando o modelo de cálculo EBITDA, que atribui o valor da empresa.

Como mencionamos anteriormente, é muito tentador e ao mesmo tempo revoltante ver os vultosos valores cobrados pelos governos, que os tornam sócios majoritários apenas nos lucros do nosso negócio.

Essa é uma luta coletiva que só poderá ser vencida ou amenizada se as empresas estiverem sob a égide de Associações, Sindicatos, Federações, depois de cumpridas as exigências legais que permitam ação consistente.

Vamos exercer o livre-arbítrio com responsabilidade e consciência. Apesar de a decisão ser isolada, os efeitos danosos se refletem na coletividade.

** Administrador, graduado em política e estratégia, executivo do setor de distribuição há 28 anos, sócio da Central Advance de Distribuição*

Distribuição apoia campanha em favor da aprovação da PEC do teto de gastos

ANDIPA e SINAPEL se uniram a entidades de diversos setores produtivos na campanha publicitária em defesa da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição, PEC 241/2016, que estabelece um novo regime fiscal, limitando os gastos de todos os Poderes da União e dos órgãos federais integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, pelo prazo de vinte anos.

Liderada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), a iniciativa recebeu a adesão de associações, sindicatos e entidades representativas dos mais variados segmentos produtivos de diversos estados brasileiros. Intitulada 'teto de gastos é remédio indispensável', a mensagem foi subscrita por todas as entidades apoiadoras da medida e divulgada em anúncios veiculados, no dia 9 de outubro, nos principais jornais e revistas do País.

Movimento semelhante foi realizado por nove confederações empresariais – entre elas a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) – que divulgaram um manifesto 'em defesa de limite para os gastos públicos', publicado em veículos da imprensa, no dia 7 de outubro.

Além de expressar veemente apoio dos setores produtivos à medida de limitar os gastos, líderes empresariais participaram de reuniões com o governo e com os parlamentares responsáveis por discutir e votar a PEC. Por ser matéria de alteração da Constituição, a votação da PEC precisa de quórum qualificado e deve ser realizada em dois turnos e nas duas Casas Legislativas. A proposta já foi aprovada na Câmara Federal e no dia 26 de outubro foi recebida no Senado Federal, onde tramita com previsão de votação até 13 de dezembro.

Advogado esclarece quais são os ônus do Recopi

Atualmente falta aos contribuintes segurança jurídica, reconhecendo as operações que são feitas com prévia aprovação da Secretaria Estadual da Fazenda, através do Recopi – Sistema de Registro e Controle das Operações com Papel Imune. A afirmação é do advogado tributarista, Gustavo Dalla Valle Baptista da Silva, autor do artigo “Recopi. O ônus sem bônus”, publicado na edição 52 do NewsPaper.

Segundo ele, o Recopi é uma importante ferramenta, criada através de um ‘pacto’ com o setor no qual foram estabelecidas obrigações e, em troca, deveria ser assegurada a validade das operações, com o objetivo de coibir os desvios do papel imune para impressão comercial. “Acontece que essa garantia não é respeitada, mesmo prevista na legislação, e o contribuinte está sendo autuado por operações validadas no Recopi com empresas que posteriormente tiveram seus registros cassados”, afirma o especialista, ressaltando que só depois de implantado o Recopi e a pedido da Associação, a Secretaria da Fazenda de São Paulo (SEFAZ-SP) passou a reforçar os critérios de vistoria prévia para evitar o credenciamento de empresas de fachada e em nome de laranjas.

Na prática, segue explicando o advogado, as empresas descredenciadas por desviar o papel não apresentam, evidentemente, condições de pagar os impostos sonegados. Este fato levou a Secretaria a voltar-se para trás, responsabilizando o fornecedor, que são os fabricantes e os distribuidores, mesmo sem indício de conluio no crime fiscal.

Autuados, os fornecedores ainda estão tendo cerceados seus direitos de defesa, uma vez que foi disseminado um consenso falacioso, prejudgando e condenando indiscriminadamente as empresas do setor de papel. “Ouvimos com frequência: Isso é papel, certeza que é rolo”, relata Gustavo Silva, explicando que este ‘entendimento’ é visto em todas as instâncias administrativas, especialmente no Tribunal de Taxas e Impostos (TIT), e acaba por contaminar o processo, que segue para o Judiciário acrescido de multas diversas vezes superiores ao

imposto e com a exigência de garantias e muitas vezes sujeitos a protesto.

No entendimento do tributarista, é fundamental que as empresas tenham segurança jurídica e, para isso, a autorização de venda não pode ser cassada retroativamente sem que haja comprovação de fraude.

O advogado explica ainda que a enorme maioria das autuações de ICMS é feita por simples presunção, sem a comprovação de que o fornecedor tenha contribuído para o desvio (e sequer o desvio é comprovado). “Tornaram justificativas para autuação operações cotidianas do mercado, absolutamente lícitas, como é o caso de pagamento à vista e a retirada FOB”, revela Silva, completando que “além de obrigar-se ao registro prévio da empresa e de cada operação, está sendo exigido que o fornecedor fiscalize a capacidade e a destinação que seu cliente dará ao papel, subvertendo os ‘papéis’ nesse mercado”.

Fazendo um alerta às entidades e autoridades, o advogado diz que essa distorção pode trazer prejuízos maiores às empresas do setor e, conseqüentemente, comprometer a arrecadação. “Além de desacreditar o próprio Recopi”, sentencia.

No pior cenário, segundo ele, as empresas sérias estão sendo severamente penalizadas com os altos custos de defesa, por algo que não é de sua responsabilidade, e perdem com isso capacidade de atender o mercado, abrindo campo a novas fraudes e à informalidade.

Apesar do grave problema, o tributarista considera que há boas chances de solução pelo diálogo e bom senso, pois todos concordam que o Recopi é um instrumento essencial de proteção contra as fraudes com papel imune – para o fisco e para as empresas. “O setor empresarial pode ser o maior aliado no combate aos desvios e deve ser encontrada uma forma de atuar em conjunto com a Secretaria da Fazenda, investindo tempo e recursos para o aprimoramento da fiscalização e não em defesas”.

Empresas devem ficar atentas à implantação do boleto registrado

O golpe do boleto falsificado é um dos problemas que devem acabar com a nova plataforma de cobrança, que está em fase de implantação nas instituições bancárias. A emissão de boleto registrado será obrigatória e vai criar algumas facilidades, dando segurança às operações, mas também pode elevar os custos das empresas com as tarifas do serviço, que devem ser negociadas diretamente com o banco.

Até meados de 2017, o novo sistema deve estar em pleno funcionamento, como prevê a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), que desenvolveu a plataforma em conjunto com a rede bancária. Segundo a entidade, a mudança vai modernizar o sistema de boletos de pagamento, trazendo maior segurança e agilidade para toda a sociedade. Além de prevenir fraudes, são apontados outros benefícios do novo sistema, como: evitar pagamentos com valores a menor, adulteração de vencimento e duplicidade de boleto; permitir pagamento de boleto vencido em qualquer banco com atualização automática de valor; emissão de segunda via diretamente pelo banco; eliminar pagamento em duplicidade; e permitir o rastreamento do pagamento, identificando quem, o que e quando pagou e para quem está sendo creditado o valor.

Diferente do modelo atual de cobrança sem registro, no qual a tarifação é aplicada apenas no caso de liquidação do boleto, na nova plataforma será obrigatória cobrança com registro, que gera tarifa na inclusão, na alteração e na baixa do boleto (com ou sem pagamento), podendo até triplicar os custos. “Por isso, é importante que as empresas mantenham os bancos de dados higienizados, para não haver

problemas com erros, que implicariam em aumento de custos”, orienta a Ana Paula Locoselli Erichsen, assessora jurídica da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP).

De acordo com a entidade, há exemplos da cobrança de R\$ 3,38 por uma baixa, R\$ 3,00 por liquidação, enquanto em outra instituição a baixa é tarifada em R\$ 0,10 e a liquidação em R\$ 1,30.

A advogada enfatiza que o custo com boletos não pode ser repassado ao consumidor. Segundo ela, além de contrariar o Código de Defesa do Consumidor, a cobrança de taxa por emissão de boleto bancário ou carnê é proibida para todos os fornecedores no estado de São Paulo, desde 25 de maio de 2011, pela Lei nº 14.463.

Guias de Recolhimento

A nova regra de boletos, no entanto, pode não valer para as Guias de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana - GRCSU. Pelo menos é o que está pleiteando a Fecomercio, junto à Caixa Econômica Federal (CEF) e o Ministério do Trabalho e Emprego. Além de considerar seguro o atual sistema, alterado em 2005, a Federação tenta negociar os valores cobrados pela CEF, que detém o monopólio do recolhimento da GRCSU. Conforme a assessoria jurídica, a Caixa já informou que as guias com vencimento até 03/03/2017 deverão ser emitidas conforme rotina vigente, sem a necessidade de registro. De acordo com o art. 587 da CLT, o pagamento da Contribuição Sindical deve ser efetuado até o dia 31 de janeiro de cada ano.

Coexistência de mídias reforça poder do impresso

Contrariando as previsões mais catastróficas, os meios de comunicação impressa seguem fortalecidos e reconhecidos em seu papel de transmitir informações e valores com efetividade e segurança. Os materiais impressos são os preferidos por consumidores e anunciantes, de acordo com pesquisas nacionais e internacionais, como enfatiza o presidente da Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf Nacional) e do Sindigraf-SP, Levi Ceregato.

As inúmeras possibilidades proporcionadas pela comunicação impressa, a coexistência e complementariedade das mídias dominaram os falas dos palestrantes do segundo Summit de Comunicação, realizado no dia 4 de outubro pelo Jornal PropMark, com patrocínio do Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de São Paulo e apoio da Associação Brasileira da Indústria Gráfica.

“As mídias não se substituem e sim se complementam”, afirmou Armando Ferrentini, presidente da Editora Referência, na abertura do evento, que reuniu cerca de 400 profissionais das áreas de criação, mídia, design gráfico, marketing e grandes anunciantes. Para o presidente da Publicis, Hugo

Rodrigues, é preciso pôr fim à discussão sobre qual tipo de mídia e plataforma. “O que mais interessa hoje é tocar o consumidor com uma mensagem relevante. Se você fizer isso, não importa o tipo de mídia; seu anúncio/produto acontece em todos os tipos de plataforma”.

Essa efetividade justifica as estratégias de comunicação impressa personalizadas e direcionadas adotadas pelo GPA, grupo empresarial que reúne algumas das principais redes varejistas do País. De acordo com Renato Camargo, Head de Fidelidade, CRM e Inteligência de Mercado do GPA, diante do cenário econômico brasileiro, a estratégia tem sido investir cada vez mais em ações de fidelização, o que, na prática, se traduz no reforço das ações de personalização das ofertas – e nesse ponto o impresso sobressai.

Também foram apresentadas palestras sobre força da comunicação impressa nos pontos de vendas, a embalagem como mídia e o papel do jornalismo e do marketing. Para Walter Longo, presidente do Grupo Abril, as mídias eletrônicas não devem ser vistas como antagonistas, mas sim como adicionais à comunicação impressa.

Seminário debate crimes e segurança da informação impressa e digital

A terceira edição do Seminário C.S.I Brasil – Crimes e Segurança da Informação Impressa e Digital, realizada nos dias 26 e 27 de outubro, em São Paulo, contou com apoio institucional da ANDIPA, da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) e do Sindicato do Comércio Atacadista e Papel e Papelão (SINAPEL). Promovido pela Associação Brasileira de Tecnologia Gráfica (ABTG), com parceira técnica da Superintendência da Polícia Técnico-Científica do estado de São Paulo, o evento abordou a proteção de produtos contra a pirataria e o combate à falsificação de documentos. Nos dois dias, o evento reuniu mais de 85 participantes, que assistiram a quinze palestrantes apresentando temas de trabalhos de pesquisas, inteligência, inovação, novas tecnologias, além de experiências dos agentes públicos no combate ao crime.

Com assuntos específicos, o primeiro dia do seminário foi direcionado exclusivamente aos agentes de segurança pública, peritos judiciais e criminais. A palestra sobre 'identificação e características técnicas

dos sistemas de impressão', ministrada pelo Coordenador Técnico do SENAI, Enéias Nunes da Silva, foi um dos destaques desse dia, que também abordou temas como autoadesivos para lacres e selos, tintas de segurança e outras tecnologias.

Iniciando os trabalhos do segundo dia do C.S.I, Isabel Letícia, do Instituto de Criminalística do estado de São Paulo, falou sobre as técnicas para identificação de documentos falsificados. Transações seguras em pagamentos eletrônicos foi tema da apresentação de Alex Simões, da Giesecke & Devrient. Seguindo a programação, Fernando Bebiano, da ABTG, comentou sobre a segurança dos documentos através da Norma ABNT NBR 15.540-2013. Ricardo Franco Coelho, da FIESP, falou de planejamento em segurança; Antônio Rebouças, especialista em logística e segurança, palestrou sobre rastreabilidade segura através de rádio frequência (RFID). Fechando o ciclo de palestras, Sergio Luiz Silva, da VALID, discorreu sobre certificação digital, confiabilidade e segurança em meios eletrônicos.

Confraternização de fim de ano vai comemorar os 15 anos da ANDIPA

O encontro de confraternização dos distribuidores de papéis de 2016 tem mais um motivo para comemoração: os 15 anos de atividades da ANDIPA.

Juntas, as diretorias da ANDIPA e do SINAPEL receberão seus associados e convidados para o já tradicional almoço de fim de ano, no dia 01 de dezembro, em São Paulo.

Imprimir & Escrever

Importação cresceu puxada pelo cuchê

A importação de papéis de imprimir e escrever (I&E), nos meses de agosto e setembro deste ano superou os volumes do ano passado. A diferença equivale ao crescimento verificado no grupo de papéis cuchê, principal item das importações brasileiras de I&E. De acordo com o Sistema AliceWeb, da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), foram internalizadas no País 19,6 mil toneladas de papéis cuchê no mês de agosto e 16 mil toneladas em setembro. No total, as importações de todos os papéis utilizados para imprimir e escrever somaram 35 mil toneladas em agosto e 31 mil toneladas no mês seguinte, conforme consta nas edições 28 e 29 do relatório Cenários Iba.

Apesar do aumento nos dois meses, as importações continuam com saldo negativo no acumulado do ano. Entre janeiro e setembro, entraram no Brasil 222 mil toneladas de papéis de I&E, queda de 21,6% na comparação com as 283 mil toneladas da parcial de 2015. Considerando o total das importações no Capítulo 48 (que engloba todos os tipos de papéis para todas as aplicações) até setembro, o desembarque de papel estrangeiro recuou 24,8%, de 697 mil toneladas em 2015 para 524 mil toneladas este ano, conforme dados da Secex.

Do grupo de I&E, a ANDIPA também acompanha e divulga os dados das importações dos papéis ofsete, LWC, MWC e *cut size*. Nos quatro tipos, os saldos acumulados mantêm o ritmo e permanecem abaixo dos verificados nos anos anteriores. Em segundo

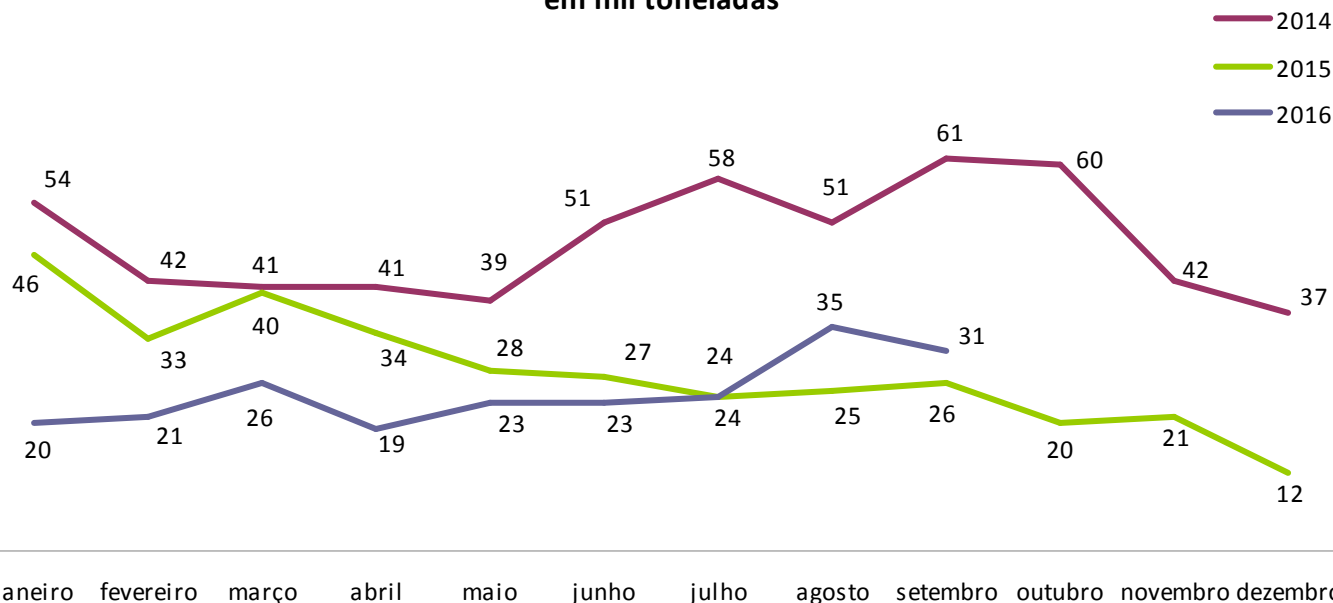
lugar no volume de importação, entre janeiro e setembro, o MWC somou 63,9 mil toneladas em 2014; recuou para 56,1 mil toneladas na parcial de 2015 e, caiu novamente para 45,3 mil toneladas no mesmo período deste ano. No LWC, a Secex computou a entrada de 11,3 mil toneladas em 2016, contra 20,4 mil toneladas no ano anterior. O desembarque de ofsete importado caiu de 13,2 mil toneladas nos nove primeiros meses de 2015 para 9,8 mil toneladas no mesmo período deste ano. Desempenho semelhante foi registrado na importação de papel cortado. Conforme a Secex, foram desembarcadas 9,7 mil toneladas de *cut size* até setembro deste ano, contra 11,7 mil toneladas na parcial do ano anterior.

Outros tipos

Dependente do fornecedor estrangeiro, o mercado de papel jornal registra sucessivas reduções nas importações. No acumulado dos nove meses deste ano, a Secex apontou a entrada de 116,3 mil toneladas de jornal, 28,2% menos que as 162 mil toneladas do mesmo período de 2015. No papel cartão, as importações diminuíram cerca de 30% no comparativo. Conforme o relatório Cenários Iba, o volume de cartão passou de 39 mil toneladas para 27 mil toneladas. O NewsPaper acompanha as entradas de cartão classificadas apenas na NCM 4810.9290, que respondeu por 21,7 mil toneladas importadas em 2016, ante as 31,7 mil toneladas do mesmo período do ano passado.

Importação de Papéis de Imprimir e Escrever

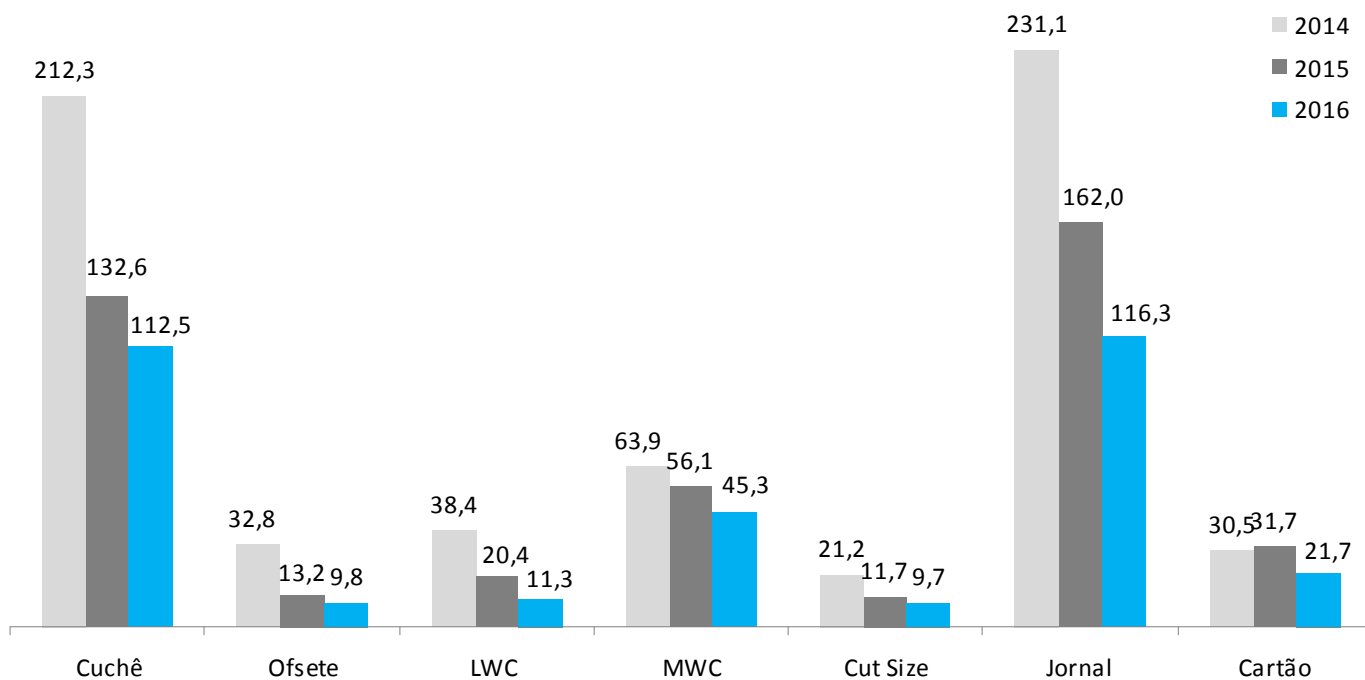
em mil toneladas



Fonte: Cenários Ibá

Importação de Papéis - janeiro a setembro

em mil toneladas



Fonte: AliceWeb – Secex / MDIC

Agosto e setembro têm entrada recorde de cuchê estrangeiro no ano

Os volumes de importações de papéis cuchê cresceram nos meses de agosto e setembro deste ano, conforme dados apurados no Sistema AliceWeb, da Secretaria de Comércio Exterior (Secex). Entre as quatro NCMs (Nomenclaturas Comuns do Mercosul) em que são classificados os papéis cuchê, foram internalizadas no país 19,6 mil toneladas no mês de agosto e 16 mil toneladas em setembro, volumes acima da média no ano, que até então era de 11 mil toneladas por mês.

Conforme os dados oficiais, os maiores volumes foram verificados entre os cuchês de alta e baixa gramaturas importados em folhas nas NCMs 4810.1989 e 4810.1990. No primeiro tipo, o recorde do ano foi registrado em agosto, com o desembarque de 6,9 mil toneladas, crescimento de 92% em relação as 3,6 mil toneladas do mês anterior. Em setembro, o volume caiu para 3,2 mil toneladas. No acumulado dos nove meses deste ano, foram importadas 34,4 mil toneladas na NCM 4810.1989, o que corresponde a aumento de 11,2% sobre as 31 mil toneladas de igual período de 2015.

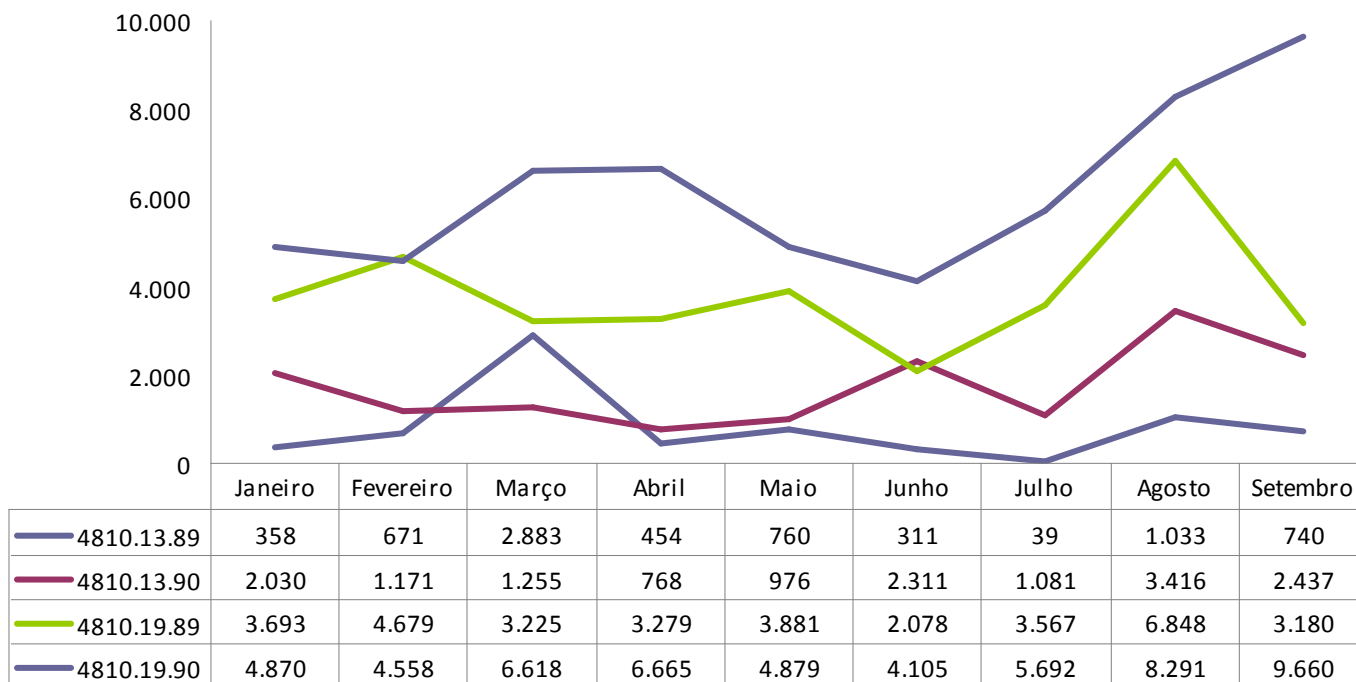
Já as entradas de cuchê classificadas como 4810.1990, que oscilaram entre 4,5 mil toneladas e 6,7 mil toneladas entre janeiro e julho, cresceram nos últimos dois meses. De acordo com a Secex, foram importadas 8,3 mil toneladas destes papéis em agosto e mais 9,7 mil toneladas em setembro. Nos nove primeiros meses deste ano, o item soma 55,3 mil toneladas, redução de 13,8% quando comparado as 64,2 mil toneladas importadas em igual período de

2015 e corresponde a quase metade das 111,9 mil toneladas desembarcadas na mesma parcial de 2014.

No cuchê em bobina o maior volume mensal foi para a NCM 4810.1390, que totalizou 3,4 mil toneladas importadas em agosto. O item acumula 15,5 mil toneladas recebidas até setembro, volume 45% menor que as 28,4 mil toneladas importadas nos três trimestres de 2015. Nas bobinas de cuchê de alta gramatura enquadradas na NCM 4810.1389, a importação de mil toneladas em agosto foi o segundo maior volume do ano, atrás das 2,9 mil toneladas de março. Oscilando com pequenos volumes nos outros meses, as importações nessa nomenclatura somam 7,3 mil toneladas no ano, 20% menos do que na parcial do ano passado.

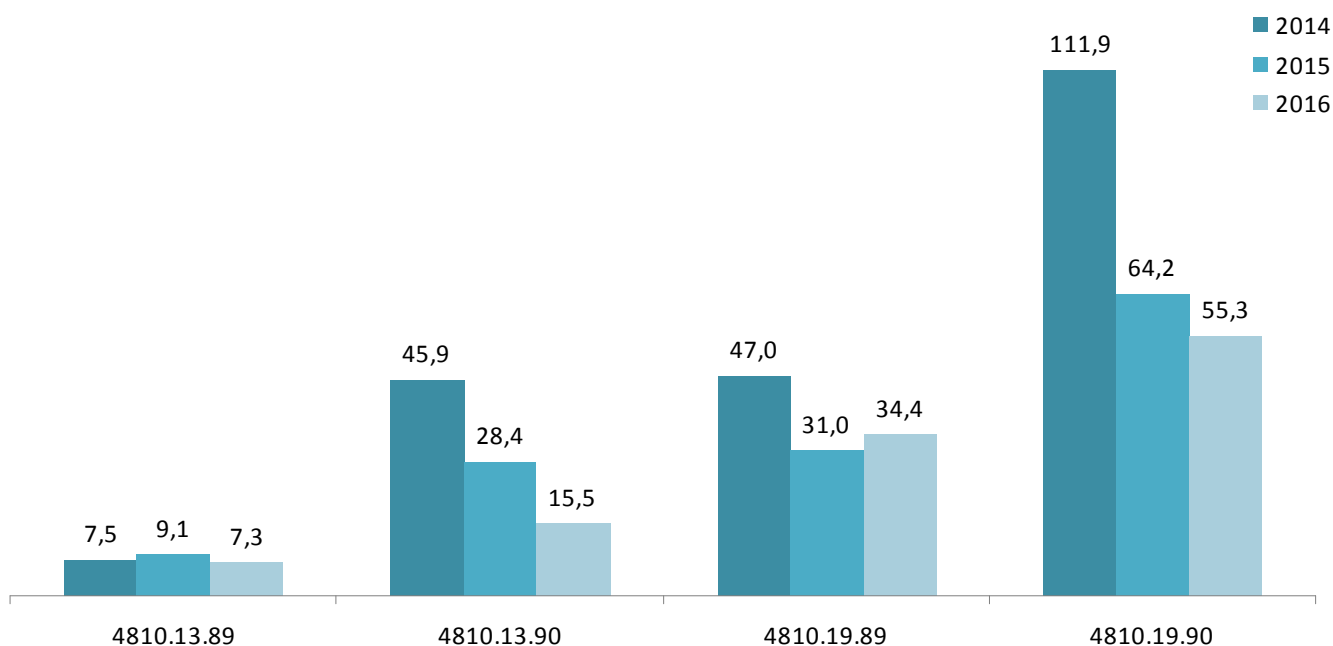
Na avaliação da Associação, houve aumento na importação de cuchê no terceiro trimestre, em parte, compensando queda anterior, sobretudo no mês de junho que registrou os menores volumes mensais do ano no cuchê em formato – 2,1 mil toneladas na NCM 4810.1989 e 4,1 mil toneladas na 4810.1990. No total do grupo cuchê, foram importadas 8,8 mil toneladas em junho, o pior resultado mensal do ano. Em julho, o Sistema AliceWeb apurou a importação de 10,4 mil toneladas de papéis cuchê. “É provável que algum importador não tenha recebido papéis no segundo trimestre, por algum motivo, e concentrado volumes maiores nos pedidos seguintes. Vamos ver como se comportam o mercado e as importações em outubro e até o final do ano”, comenta o presidente da ANDIPA, Vitor Paulo de Andrade.

Importação mensal de cuchê em 2016 em toneladas - por NCM



Fonte: AliceWeb – Secex / MDIC

Importação de Cuchê - por NCM acumulado janeiro a setembro - em mil toneladas



Fonte: AliceWeb – Secex / MDIC

Indústria nacional vende mais e reduz estoque

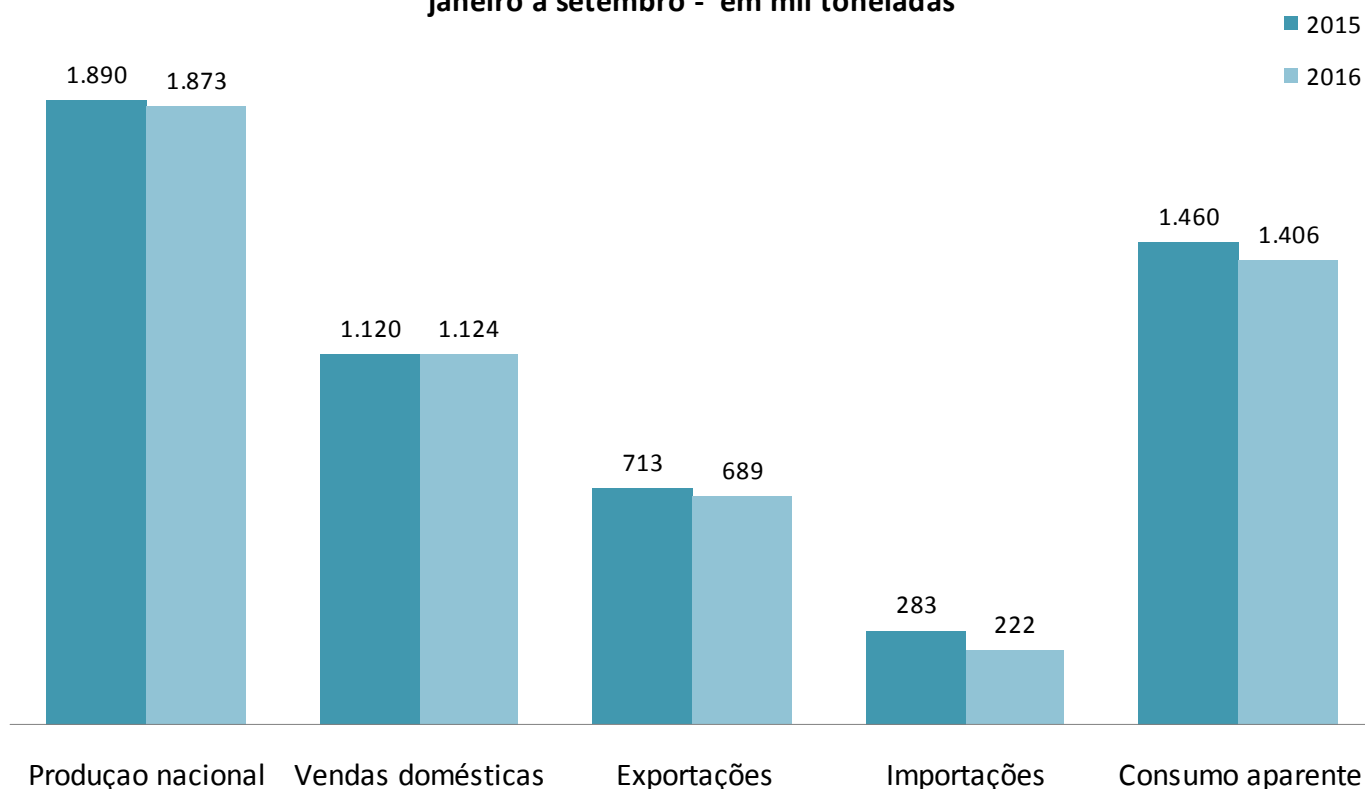
A venda interna e a exportação cresceram mais do que a produção nacional de papéis de imprimir e escrever no mês de setembro. O mercado doméstico comprou 147 mil toneladas destes papéis no mês, conforme dados divulgados na edição 29 do relatório Cenários Ibá, que aponta a saída de 83 mil toneladas pelo comércio internacional.

As vendas totais de imprimir e escrever dos fabricantes nacionais somaram 230 mil toneladas, 20 mil toneladas a mais que a produção do mês, de 210 mil toneladas. A produção de setembro deste ano cresceu 1,4% em relação ao mesmo período de 2015,

enquanto os volumes comercializados aumentaram na faixa de 6% no comparativo.

No acumulado anual, apenas as vendas domésticas mantêm o resultado positivo em 2016. De acordo com o documento, foram ofertadas internamente 1,12 milhão toneladas de papéis de I&E entre janeiro e setembro deste ano, 0,4% mais do que na parcial do ano anterior. No mesmo período, as exportações recuaram 3,4%, de 713 mil toneladas para 689 mil toneladas. A produção destes papéis diminuiu 0,9%, de 1,89 milhão toneladas para 1,87 milhão toneladas.

Papéis de Imprimir e Escrever janeiro a setembro - em mil toneladas



Fonte: Cenários Ibá / 29

DISTRIBUIDORES ASSOCIADOS

